

Senado pode dificultar

nia

CORREIO BRAZILIENSE

acordo com bancos

OCTÁVIO VERÍSSIMO

O Senado Federal não pretende "bater de frente" com o Governo e dificultar as negociações com os bancos credores, mediante a aprovação de projeto de resolução de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), que impede o pagamento de juros atrasados antes da assinatura de um acordo global para a dívida externa. Quem fez esta afirmação em entrevista ao **CORREIO BRAZILIENSE**, foi o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Severo Gomes (PMDB-SP), que entende que neste momento o Governo tem plena liberdade para negociar, mas advertiu que deve "estar atento à posição do Congresso, pois qualquer acordo só terá validade depois de ser aprovado pelo Senado".

Severo Gomes admite que, diante da limitação estabelecida no projeto de resolução do senador Fernando Henrique Cardoso e da impossibilidade de promover qualquer alteração que assegure maior flexibilidade às negociações, a principal alternativa é não votar o projeto. Assim, o Governo terá mais tempo para avançar nas negociações. "Nosso objetivo não é criar dificuldades para o Governo, mas sim ajudar", explica. "O Governo hoje não está proibido de fazer um pagamento simbólico dos atrasados, porque nada foi aprovado em plenário".

Para o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, caso o pagamento venha a ocorrer por conta e risco do Governo, caberá aos senadores apenas examinar um fato consumado e à luz do conjunto de toda a negociação. "Estariamos diante de

um fato consumado que, embora contrarie o espírito do debate no Senado é, no entanto, apenas um dos aspectos da negociação, quando há tantos outros pontos positivos que merecem o apoio do Congresso", comenta.

Severo Gomes não defende abertamente o adiamento da votação do projeto de resolução sobre os parâmetros para renegociação da dívida externa, mas reconhece que dificilmente haveria como provocar a votação neste final do período legislativo. "Não há por que partir para uma confrontação no plenário, mesmo porque esta não é uma questão que a gente queira bater de frente com o Governo", explica. "Mas, mesmo que não haja um acordo de lideranças que permita adiar a votação, haveria outros caminhos como o da obstrução, que poderiam ser utilizados".